

Identidades nacionais em transmutação: uma literatura da diferença em *Todos nós adorávamos caubóis* e *Enquanto os dentes*

GISELE NOVAES FRIGHETTO *

BEATRIZ PASSOS TRIMER **

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão sobre as transformações possíveis da noção de identidade nacional, definida a partir de seu caráter coletivo, homogeneizante e hierarquizante (ANDERSON, 2008; FIORIN, 2009), por meio da heterogeneidade representada na ficção brasileira contemporânea. A representação de subjetividades estabelecidas pelos corpos não normatizados ou intitulados *queers* (BUTLER, 2017) implica em uma subversão aos padrões convencionados na produção literária (POLESSO, 2018; DALCASTAGNÈ, 2002) e compreende, portanto, um campo de possibilidades sensíveis ao estabelecimento de dispositivos de afirmação própria e aberta à diferença (FOUCAULT, 2019; DERRIDA, 2009). Entende-se que uma literatura da diferença representa uma redefinição possível de discursos de identidade nacional, abertos a individualidades marginalizadas. Esses aspectos são investigados nos romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon, e *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Alberto Pereira.

PALAVRAS-CHAVE: Diferença; Identidade; Literatura *Queer*; Nacionalismo; Romance Brasileiro Contemporâneo.

ABSTRACT: Through the heterogeneity represented in the contemporary Brazilian fiction, this paper examines some possible transformations of the notion of national identity defined by its collective, homogenizing, and hierarchical character (ANDERSON, 2008; FIORIN, 2009). The representation of subjectivities established by non-standardized bodies or self-titled queers (BUTLER, 2017) subverts conservative standards in literary production (POLESSO, 2018; DALCASTAGNÈ, 2002) as they offer a field of sensitive possibilities in the establishment of self-affirmative devices opened to the notion of *difference* (FOUCAULT, 2016, 2019; DERRIDA, 1995). The literature of the difference thus represents the possible redefinition of national identity discourses, opened to marginalized individuals. These aspects are tracked down in the novels *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), by Carol Bensimon, and *Enquanto os dentes* (2017), by Carlos Alberto Pereira.

KEYWORDS: Contemporary Brazilian novel; Difference; Identity; Nationalism; Queer literature.

* Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada – Universidade de São Paulo – USP – 05508-080 – São Paulo – SP – Brasil. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: giselefrighetto@gmail.com.br

** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil. E-mail: trimer.beatriz@gmail.com

Introdução

Podemos afirmar que as manifestações literárias intervieram historicamente para o surgimento, consolidação e estruturação do nacionalismo, nos Estados-nações europeus e nas recém-independentes nações americanas¹, entre os séculos XVIII e XIX (LEITE, 2017). Nesse período, alavancada pela difusão do jornal como meio de comunicação de massa e das línguas nacionais² por esses territórios, a literatura se mostrou uma das manifestações mais eficientes para afirmação e manutenção dos poderes das elites econômicas, políticas e intelectuais, com reflexo na consolidação do imaginário social que comandou a integração dos Estados nacionais modernos (ANDERSON, 2008; HALL, 2006). Nesse sentido, Anderson (2008) compreende o nacionalismo como uma construção ideológica com vistas à unificação dos povos como “comunidades imaginadas” de caráter homogeneizante, o que implicou no apagamento de plurais características e desavenças, com vistas à adaptação das nações aos moldes do liberalismo econômico.

Em contexto brasileiro, o nacionalismo voltou-se, em um primeiro momento, à construção da imagem que correspondesse ao ideal nativista, expresso no romantismo e, em um segundo, modificou-se para atender às representações de um país etnicamente e culturalmente plural. Conforme expõe Fiorin (2009), os períodos nacionalistas de construção identitária não deixaram de apresentar seus princípios de exclusão, que se sobrepunham a estratos não normalizados pelos grupos no poder. Essas diferentes camadas de exclusão resultaram em uma identidade autodescritiva, feita ilusoriamente de mistura e participação.

Daí se descreve o brasileiro como alguém aberto, acolhedor, cordial, agradável, sempre pronto a dar um ‘jeitinho’. Ocultam-se o preconceito, a violência que perpassa as relações cotidianas etc. Enfim, esconde-se o que opera sob o princípio da triagem (FIORIN, 2009, p. 124).

A construção de uma identidade nacional brasileira entrelaça-se à conjuntura histórica e remonta ao Brasil Colônia, quando os processos de colonização portuguesa perpetraram um contexto social violento e opressor – sustentado pelo etnocídio e pela escravidão de negros e indígenas – que perpassou e legitimou os objetivos econômicos de progresso e exploração³. Portanto, o Brasil tem seu princípio como futura nação marcado pela articulação de interesses de senhores de terra e de comerciantes de escravos, açúcar e ouro, sob as vistas do absolutismo reinol e do mandonismo rural. Isso resultou na

¹ Sob influência do Iluminismo francês e dos ideários de independência como forma de combate às ordens metropolitanas, o nacionalismo foi fruto do jogo de interesses econômicos somados ao aumento das classes crioulas e das peregrinações nas colônias americanas (ANDERSON, 2008).

² Além da afirmação e línguas e culturas, foram determinantes o crescimento da imprensa, das políticas de alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado. Junto disso, somam-se as atividades dos lexicógrafos, filólogos e literatos dos vernáculos nacionais. (ANDERSON, 2008).

³ Conforme pontua Bosi (1996), o Brasil-Colônia foi marcado pela força de trabalho majoritariamente escrava, sem subsídios legais, a fim de atender a dimensão mercantil, latifundiária e monocultora, atendendo aos interesses da estrutura política que legitimava e beneficiava a pequena parcela de senhores rurais, coexistente ao clero secular e com uma cultura social letrada e estatal.

coabitação da estrutura social estamental e patriarcal nas mãos de uma parcela mínima da população (BOSI, 1996).

Mesmo após o processo de Independência e a Proclamação da República, o modelo político de nação brasileira “inventou uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue” (SCHWARCZ, 2019, p. 44). Uma elite política e econômica detém os poderes públicos e consolida uma estrutura econômica que advém na continuidade da marginalização das massas. Nessa perspectiva, os preconceitos que permeiam a sociedade privada estão vinculados à perspectiva das elites – rurais e urbanas –, cuja mentalidade conservadora atravessa as estruturas e os discursos de poder.

Assim, o imaginário partilhado pelos escritores românticos, em um contexto pós-independência, adaptou os padrões de referência europeus ao específico e ao singular fixados na idealização do substrato nativo e da natureza, nas trilhas do indianismo romântico que permitiu criar o “mito das origens” para o Brasil (RONCARI, 1995). O modernismo, em contrapartida, apresentou-se, em contexto republicano, como uma tendência de aceitação da pátria na sua diversidade e em uma interpretação antropófaga da cultura nacional, num Brasil que se modernizava e que buscava suas próprias raízes no advento da ordem urbano-industrial (LEITE, 2017; SODRÉ, 1995).

A abordagem modernista, urbana e popular, tem sequência na “redescoberta do Brasil” nos anos 1930. No “romance de 30”, a realidade nacional é assumida na sua complexidade e conflito, e os escritores demonstram as contradições de um Brasil que se moderniza em meio à miséria persistente e às distorções existentes entre sertão e cidade. Esse viés culmina naquilo que Candido (2011) nomeará como “consciência catastrófica de atraso”, em contraste com uma consciência “amena” da literatura romântica da nação nascente. A releitura do país inspira-se nos contrastes entre o moderno e o arcaico, o rural e o urbano, em um olhar aprofundado que se prolonga nos anos 1940 e que tem como foco a diversidade étnica⁴.

Essa percepção culminaria na consciência da segregação racial⁵ e do subdesenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970. A preocupação com o nacional levou os intelectuais a buscarem nas origens do capitalismo brasileiro e na desagregação do escravismo a especificidade que demarcaria a evolução posterior. E, na medida em que se percebia a sociedade brasileira como cada vez mais complexa, mais difícil se tornava enquadrar sua produção cultural em termos de um denominador comum. Além disso, a busca de uma cultura nacional autêntica começou a perder pertinência a partir da internacionalização do capital durante a Ditadura Militar, da emergência de uma sociedade de consumo e da presença dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão (SCHWARZ, 1987).

⁴ É importante destacar, no pensamento social brasileiro, Gilberto Freyre, com a positividade da mestiçagem através do mito das três raças; Sérgio Buarque de Holanda, na busca de uma “mentalidade” e na concepção do “homem cordial” e Caio Prado Jr., introduzindo a ótica da luta de classes no exame da História brasileira.

⁵ A partir da década de 50, iniciam-se as pesquisas que procuram dar uma resposta objetiva para a situação racial no Brasil, analisando o negro como parte da sociedade e a partir de sua situação inferior numa sociedade de classes, destacando-se, nesse sentido, os trabalhos de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes (LEITE, 2017).

Ao mesmo tempo, a política de integração nacional do regime passava pelo poder aglutinador das comunidades nacionalmente imaginadas e, nesse sentido, a televisão, por meio de suas narrativas, colaborou igualmente para a afirmação de uma “vocação nacional” pautada no imaginário do “Brasil grande potência”. Esse ideal, contudo, continuou a se esvaziar com a redemocratiza o nos anos 1980, quando a euforia do milagre econ mico cedeu espaço a um país que ainda buscava se modernizar em termos urbanos (OLIVEN, 1984; PESAVENTO, 1998). Nesse cenário, persistiram as a o es reacionárias e sem comprometimento com a equidade de direitos das minorias e popula o es marginalizadas, a despeito do crescente reconhecimento da diversidade étnica-racial com o intuito de diminuir as desigualdades no país (SCHWARCZ, 2019). Pode-se afirmar que uma voca o autoritária permaneceu na sociedade brasileira, baseada nos pilares da explora o, da violência e da intolerância, sobre os quais se fundou historicamente os nacionalismos que a tentaram definir.

Faz parte dos discursos conservadores ignorar e desautorizar demandas das minorias que lutam por mais direitos; direitos inalienáveis   sua condi o de cidadãos. Dentre as estratégias políticas de governo populistas, como os que temos visto na nossa contemporaneidade, está o escárnio diante dos dados que mostram como vivemos em condi o es que dividiam e ainda dividem os brasileiros. A escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente [...]. Por outro lado, as várias tentativas de menosprezar o problema, de desfazer dos relatos e pesquisas – [...] –, não dão conta de explicar a inexistência do racismo no Brasil, apenas confirmam a sua efetiva prática cotidiana, que se esconde no movimento de denega o (SCHWARCZ, 2019, p. 39-40).

Em contexto recente, as identidades coletivas dissolvem-se em grupos “isolados em suas m dias digitais, separados por seus interesses e polarizados nas suas identidades; cada qual ficando prisioneiro cativo e afetivo da sua própria bolha” (SCHWARCZ, 2019, p. 174). A despeito da atomiza o desses arranjos, emerge a possibilidade de uma gama multiforme de identidades, individuais e coletivas, em tensão com as hierarquias de superioridade e inferioridade, que produz preconceitos, discrimina o es e violências. Uma perspectiva da “diferença”, nesse sentido, pode expressar o imperativo de afirma o da alteridade em termos de  tnia, gênero e cultura. A partir disso, uma literatura da diferença possibilita a representa o dessa alteridade, sendo expressão de transforma o es nas ideologias de identidade nacional.

Essas mudanças se vinculam às altera o es de ordem social, política e econ mica trazidas pela globaliza o, quando as novas rela o es e intensos deslocamentos em tempo e espaço implicaram na estrutura o dos Estados como democracias p s-nacionais (RESINA, 2004). Resultado desse movimento orgânico e dinâmico foi a nega o das identidades nacionais enquanto manifesta o es de igualdade – enxergadas enquanto fruto segregat cio de histórias de domina o – e a modifica o de identidades, pessoais e coletivas, baseadas em escolhas que permutam os diferentes ambientes sociais e manifesta o es culturais⁶ (HALL, 2006).

⁶ Ainda assim, destacam-se o reconhecimento das permanências conflituosas de práticas vinculadas a um

As transmutações das identidades nacionais relacionam-se em sentido mais amplo aos efeitos dos descentramentos identitários – vinculados ao deslocamento da noção unitária e central de sujeito –, que fragmentaram as paisagens culturais de classe, gênero e nacionalidade⁷ que, no passado, deram-nos localização sólida de quem éramos como indivíduos sociais (DUBAR, 2009; HALL, 2006). “Esse processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Nesse contexto, as obras literárias evidenciam seu potencial subversivo ao expressarem essas rupturas, particularmente ao veicularem representações outras, destoantes dos discursos normalizadores, e conferirem legitimidade a sujeitos e corpos divergentes.

Nesse sentido, reconhece-se vozes alternativas àquelas de sujeitos masculinos, brancos e heteronormativos, afirmando perspectivas e identidades distintas do poder hegemônico. Resguardados os universos particulares de cada obra, observa-se perspectivas para normatização das diferenças na literatura brasileira, convertida em um dispositivo de afirmação, pessoal ou coletiva, à procura do reconhecimento orgânico de identidades socialmente marginalizadas (DALCASTAGNÈ, 2002).

Nas tensões entre a diferença e a normatização, propomos investigar de que maneiras a literatura brasileira pode representar identidades nacionais em transmutação. Para isso, analisamos os romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon, e *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira, que trazem consigo as temáticas da homoafetividade e da deficiência física como significativos de diferença. Na dualidade entre o pertencer e, ao mesmo tempo, sentir-se repellido pela paisagem nacional, ambos desafiam construções discursivas homogêneas, ao propor outras concepções do que pode significar “ser” brasileiro.

1. A literatura *queer* e as conjunturas de poder na formação identitária

Stuart Hall (2000; 2006) afirma que as culturas nacionais constituíram durante muito tempo uma das principais fontes de identidade cultural, mas, a partir das configurações nas últimas décadas, houve um deslocamento da atenção para as identidades singulares desvinculadas de tempos, histórias, tradições e lugares.

À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2006, p. 74).

imaginário nacional, ou regional, em meio aos processos de globalização (IANNI, 1996).

⁷ As noções de sujeito, signo e discurso foram postas em jogo pela episteme pós-estruturalista, que apreendeu e transformou a paisagem cultural ao propor uma reestruturação dos sentidos e conceitos estabelecidos nas ciências humanas (DERRIDA, 2009; HALL, 2000).

Esse fenômeno vincula-se à perda do poder unificador das nações, que cederam espaço ao domínio e à consciência individual de cada sujeito, o que é sucedido pelas concepções do seu próprio corpo (HALL, 2000; FOUCAULT, 2019). Porém, note-se que esse corpo é submetido às relações de poder provenientes do corpo social, no interior do qual não há lugar igualitário para os indivíduos, já que cada qual ocupa um lugar específico e legitimado na estrutura social. Ademais, para assegurar a dominação das classes, há uma associação entre a conjuntura do poder e os domínios que designam a superioridade aos sujeitos, o que implica em normatizações impressas nas manifestações individuais. Esse dispositivo, vinculado à procura da verdade, resulta em normas rigorosas aos corpos que, para além da constância vigilância, individual e coletiva, parte também das instituições e práticas (FOUCAULT, 2019).

É em vista disso que Butler (2017) elucida que o corpo do indivíduo é um instrumento pessoal influído por significados culturais díspares que ele exterioriza. Portanto, podemos afirmá-lo como uma manifestação política que incorpora sentidos, e é, pelo reconhecimento das variadas formas de se expressar, que aqueles corpos considerados destoantes começaram a tomar espaço na sociedade e seus discursos. Dentre eles, o literário configura-se como dispositivo político que dispõe de concepções variadas de mundo e dos corpos ali representados, e se mostra potencialmente como movimento de resistência com alcance mobilizador (POLESSO, 2018).

Junto às exclusões e às classificações de diferentes categorias para identificação de um sujeito, destacamos o dispositivo “normalidade” como merecedor de especial atenção, por se constituir em princípio homogeneizante dominante de exclusão. Esses aspectos encontram fundamento nos padrões utilitários da sociedade de consumo e na heteronormatividade como um dos princípios fundantes da vida social, acompanhada dos pilares tradicionais sobre os quais se baseiam as identidades sancionadas. Esse princípio se sustenta pela negação de sua inscrição cultural e pelos discursos em que a “natureza sexuada” é fundamentada pelo estabelecimento de um dispositivo de reprodução.

[...] a noção binária masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p. 22).

Dentro da sociedade fundamentada pelo neoliberalismo econômico, o gênero pode agir como um aparato cultural aparentemente neutro que, entretanto, classifica negativamente as relações homoafetivas. “Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir)” (TREVISAN, 2018, p. 20). Diante disso, os sujeitos homossexuais continuam vivendo em um universo concentracionário, sob rígido controle moral dominante, concepção que tem unido as bancadas políticas conservadoras – evangélicos, ruralistas e católicos – como forma de manter a “decência moral dos brasileiros”, em sua ilusória unidade.

Se a profusão de personagens homossexuais em rádios, televisões e filmes brasileiros excitou essa elite modernizada, que se sentia orgulhosa de já poder aceitar viados e sapatonas ao seu redor, não exageremos: “Tudo bem, desde que não na minha família!”. Modernizar-se sim: mas calma lá! Assim, sob a ótica dessa “modernidade de algibeira”, a luta pelos direitos homossexuais foi vista, no fundo, como mais uma passageira “moda de verão”, quer dizer, um modismo descartável, um artigo de luxo. Parece-me muito instrutivo examinar como se instaurou e se desenvolveu no Brasil esse processo de implantação de uma luta organizada pelos direitos homossexuais, em meio a todos os tons e meios-tons de falso progressismo político e cultural (TREVISAN, 2018, p. 313-315).

Consideramos que a construção identitária e política do indivíduo é vinculada a princípios de legitimação e exclusão, consoantes às concepções políticas e fundamentados pelas estruturas jurídicas de cada nação. Embora a homofobia tenha sido criminalizada e a união homoafetiva seja reconhecida no Brasil, ainda existe muita resistência, sancionada pelos poderes públicos, à aceitação de identidades nacionais abertas à diversidade de orientação sexual e de gênero. Um exemplo disso encontra-se no romance *Todos nós adorávamos caubóis*, de Carol Bensimon, quando as personagens Cora e Julia, que vivem entre Canadá e França, respectivamente, viajam e restabelecem um relacionamento amoroso pelo interior do Rio Grande do Sul. Durante sua trajetória pelos pampas gaúchos, as personagens são alvo de discursos, ações e comportamentos normalizadores, como a repreensão sofrida por Cora pelos seus sapatos considerados masculinos: “Essas tuas botas são de homem’, ele disse, apontando para dentro do carro, o dedo indo e voltando duas vezes. Pela sua expressão, minhas botas pareciam ter acabado com seu dia” (BENSIMON, 2013, p. 13).

A partir desse trecho, evidencia-se como concepções estanques de gênero convivem em tensão com a compreensão de que “[...] o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (BUTLER, 2017, p. 30). Em vista disso, temos assistido ao crescimento de debates sobre representatividades múltiplas nos últimos anos, em todos os níveis da cultura, como forma de contrapartida política e de proposição de subjetividades *queer*, cujos corpos fogem da binaridade de gênero e seus padrões. Nesse sentido, nomear uma obra literária como *queer* implica na visibilidade da lacuna no campo literário causada pelo apagamento da representatividade LGBTQIA+ e na criação de redes de validação, considerando aqui o caso específico da autoria e da temática da homossexualidade feminina. “A falta de representatividade no campo literário e a questão da autodeclaração da lesbianidade, no que diz respeito à autoria, são entraves que acabam por criar uma espécie de rede de abordagem específica a essa problemática emergente” (POLESSO, 2018, p. 4).

Ao compreender os preconceitos justapostos aos corpos não heteronormativos, entende-se também formulações morais esclarecidas diante das concepções limitantes (BUTLER, 2017; FOUCAULT, 2019). Diante desse discurso ainda dominante, que inclusive preside ao retorno dos nacionalismos, sobrevém o combate à opressão pela expressão de grupos que possuam uma “forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (BUTLER, 2017, p. 21). Essa dominação é patente

em instituições conservadoras, como as Forças Armadas, contra a qual se embate Antônio, protagonista de *Enquanto os dentes*, de Carlos Alberto Pereira, rejeitado igualmente pelo núcleo familiar, que o repele pelo comportamento destoante dos padrões autoritários estabelecidos. O personagem distancia-se dos padrões de uma masculinidade agressiva representados pela figura paterna, um comandante da Marinha, e aproxima-se da subjetividade *queer* pelo relacionamento amoroso que mantém com outro homem.

Escuta aqui, dona Teresa, eu vou usar de toda a meiguice que Deus não me deu pra te falar umas coisas, e acho bom a senhora me ouvir porque senão vou praí agora e a gente tem essa conversa cara a cara. Eu e Tony estamos juntos há quase dois anos, dona Teresa, dois anos. A gente mora junto, entendeu? Eu sei que a senhora tá bem de saúde, não vai passar mal com a notícia. Quem tá mal é o Antônio, dona Teresa, e ele tá precisando de ajuda, vai precisar do apoio de todo mundo que ama ele. A ressonância acusou necrose na medula. Sei que o Tony vai brigar comigo quando souber dessa nossa conversa, ele diz que eu falo demais, depois eu me entendo com ele. Enfim, era isso, tenho um ótimo dia, e recordações ao Comandante (PEREIRA, 2017, p. 83-84).

Se a representação da subjetividade *queer* divide espaço com a temática do autoritarismo das instituições e com a inclusão do deficiente físico-motor em *Enquanto os dentes*⁸; por sua vez, o mesmo aspecto divide espaço com a temática da desterritorialização em *Todos nós adorávamos caubóis*. Por meio de pontos de vista diferentes, em primeira e terceira pessoa, as experiências particulares dos romances expressam as tensões identitárias de nosso tempo e as transmutações nas noções de identidade nacional, a partir da representação da diferença no discurso literário. Protagonizadas por sujeitos não normalizados, essas narrativas redesenham a homogeneidade dos discursos literários de nacionalidade pelo abrigo desses corpos destoantes.

2. Identidades nacionais em transmutação

O romance *Todos nós adorávamos caubóis* narra o reencontro entre duas amigas de faculdade, Cora e Julia, que partem em uma viagem pelos pampas gaúchos. A narrativa tem como foco a relação homoafetiva que se estabelece entre essas duas mulheres, alternando passado e presente não apenas nas idas e vindas temporais do enredo, que revelam gradativamente a natureza da relação entre as personagens, mas nas configurações da paisagem e das identidades que demarcam os espaços que essas mulheres atravessam. O foco narrativo em primeira pessoa revela os eventos pelo recorte e pelas referências da protagonista Cora, uma estudante de moda que vive em Paris e que, nos dez capítulos que estruturam o romance, conta o reencontro amoroso com a antiga amiga do curso de jornalismo.

Os conflitos dessa relação, no passado e no presente, movimentam esse enredo em trânsito. Enquanto Cora define-se como uma mulher bissexual, Julia ostenta um padrão de

⁸ Neste artigo, não exploraremos a identidade negra do personagem que, embora seja fundamental para a composição da sua subjetividade, não é problematizada no próprio romance em questão.

comportamento heterossexual, com exceção da relação que mantém secretamente com a amiga. A diferença de comportamento se relaciona com a distinção de origem e classe, já que Cora é filha da classe média alta, criada sem exigências conservadoras advindas dos pais, e apresenta pouca dificuldade em assumir seus relacionamentos com mulheres. Julia, por sua vez, provém da cidade interiorana de Soledade e é filha de família de classe média de ascendência italiana, conservadora e católica. Consequentemente, a personagem é apresentada como adaptada a estereótipos de feminilidade que marcaram sua formação identitária, representados pelo estilo delicado de suas vestimentas e pelo comportamento social.

Quanto a Julia, é claro que ela tinha mais chance de angariar simpatias. Em primeiro lugar, ela era menos estranha do que eu. Eu não ficaria nem um pouco surpresa se alguém de repente elogiasse seus brincos. Em segundo, porque estava sempre disposta a agradar, mesmo quando percebia certa hostilidade no outro. Isso já tinha me deixado irritada tantas vezes no passado. E, no entanto, havia também em Julia uma certa dose de inadequação, como se apenas uma série de acasos, uma longa cadeia deles, pudesse explicar sua presença naquele lugar (BENSIMON, 2013, p. 22).

Contudo, o sentimento de inadequação mencionado na passagem, ligado à diferença como princípio definidor de identidades que não se classificam por denominadores comuns, une as personagens para além da orientação sexual e afetiva. A travessia que elas empreendem também se relaciona a uma busca por si e um aspecto relevante dos questionamentos das personagens é o peso da ancestralidade e das tradições, encarnado nos símbolos dos pampas gaúchos que demarcam o espaço. O romance aborda a tensão entre pertencimento e desterritorialização como condição das individualidades no tempo presente, tanto no caso de Cora, que vive em Paris, como de Júlia, que fora viver em Montreal para terminar a graduação, buscando um lugar para si em um país distante do controle exercido pela família.

Em Paris, eu só andava com pessoas tão desenraizadas quanto eu, cidadãos periféricos um pouco desconfortáveis por se verem subitamente no centro de tudo, ofuscados com a beleza, confusos com os modos, encarangados de frio e de caso cheio de entrada-prato-sobremesa e das trocas automáticas de amabilidades (BENSIMON, 2013, p. 31).

Segundo Canclíni (2015), os processos de desterritorialização ocorrem em conexão com as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas de caráter globalizante e diaspórico⁹, que deslocaram as simbologias mais radicadas na concepção imaginária da nação e implicaram na estruturação de Estados nacionais como simples organizadores das áreas da sociedade para promover seu desenvolvimento subordinado e inconsciente (RESINA, 2004). Ao relativizar as noções de identidade nacional como “puras” ou “autênticas”, além de elucidar o risco de se delimitar estas identidades, abre a possibilidade de entendê-las pelo processo de hibridização cultural (HALL, 2006).

⁹ Isso, contudo, não isenta os cruzamentos intensos de serem também fontes de preconceitos e confrontos.

O croqui de Cora, depois de seu regresso a Paris, no qual a tradicional indumentária gaúcha ganha abordagem contemporânea, ilustra a dialética entre tradição e contemporaneidade que atravessa o romance. Segundo Lopes Filho (2020), o romance é uma *road novel* em que as personagens principais são como estrangeiras no próprio território, em uma abordagem pouco usual no gênero, pois encabeçada por duas mulheres que se aventuram por um espaço rústico – comparado ao *western* pela analogia presente no título *Todos nós adorávamos caubóis* –, em uma subversão da figura fixada no masculino hipercharacterizado, tais como se constroem as estátuas das figuras que comandaram a história e as identidades nacionais.

Isso era o que havia acontecido no lugar onde eu nasci. Você pode ler sobre pessoas tão corajosas assim em romances históricos, mas às vezes eles são um bocado mentirosos. Aquele monumento, contudo, não homenageava nenhum soldado e nenhuma revolução, embora a linguagem tivesse algo de grandiosa e, portanto, de ridícula. Em belas artes de metal: A PÁTRIA GAÚCHA AOS IRMÃOS BETUSSI. Eles chamavam Honeyde e Adelar, e o ápice do seu heroísmo, de acordo com uma linha do tempo ilustrada, tinha sido introduzir a bateria da música regional. Ambos usavam a indumentária típica gaúcha, botas, bombacha, camisa, lenço. O que parecia mais novo, tanto quanto se pode supor quando se comparam duas estátuas de bronze, tinha a gaita presa aos ombros e os dedos no teclado e nos botõezinhos do lado oposto. Quanto ao mais velho, ele fora imortalizado em uma pose meio cômica, com uma das mãos na cintura (como se fosse de dor na região lombar) e a perna direita apoiada sobre sua gaita (não se trata de um certo desrespeito com o instrumento?) (BENSIMON, 2013, p. 42).

Além de situar suas personagens em espaços extensos e sem fronteira, a abordagem do romance questiona os ícones de identidade gaúcha pelo olhar de personagens *queer*. “Minha atração pelo sexo feminino era uma doce aventura e, ao mesmo tempo, uma condenação ao mais claustrofóbico dos universos” (BENSIMON, 2013, p. 46). *Todos nós adorávamos caubóis* expressa as tensões de duas personagens em conflito não apenas com os símbolos, mas com os preconceitos e limitações da comunidade imaginada brasileira. A recusa de Júlia em beijar no espaço público de um hotel ou as perguntas indiscretas sobre a natureza da relação entre as duas demonstram o constrangimento dessas duas mulheres em travessia pela geografia gaudéria. O tema da viagem é representativo de fluxos de negociações de sentidos e de reconstrução das identidades, nesse caso, de subjetividades femininas cuja aceção fixa e estável não se sustenta.

Submetida às exigências sociais dos comportamentos normativos dos corpos, a identidade de Júlia se apresenta como confusa pelo olhar de Cora. Não por acaso, a viagem das duas personagens termina com uma visita a Soledade, quando Cora compreende o universo envelhecido e conservador de onde Júlia viera.

[...] às vezes se tornava difícil de repente juntar essa pessoa, a contemplativa-deprimida, à outra, mil quilômetros por hora, espetáculos privados no meio do nada, vida dupla na capital aos dezoito, Montreal e o mundo aos vinte e um (BENSIMON, 2013, p. 45).

A perspectiva *queer* no campo literário, de acordo com Silva (2000), significa justamente repensar como as obras “[...] podem oferecer uma visão de sujeitos previamente subalternizados por suas identidades consideradas subversivas, criminosas e anormais” (p. 103). Por sua vez, os temas da travessia e da subalternização do diferente são igualmente relevantes no romance *Enquanto os dentes* (2017). Contudo, a violência sofrida por Antônio não é somente simbólica, mas física, sendo que o personagem reúne, além da sexualidade *queer*, qualidades étnicas e físicas que contribuem para sua submissão na sociedade.

O romance conta a história desse protagonista cadeirante, que viaja da região central do Rio de Janeiro para a casa da família em Niterói, onde voltaria a viver. Durante o trajeto de balsa, acompanhamos as dificuldades locomotoras do personagem e retornamos a trechos de seu passado, ao sabor dos movimentos de avanço, recuo e interrupção da memória. Sem divisão de capítulos ou partes, a trama resgata a infância opressiva e violenta; o ingresso na Marinha; o abandono das Forças Armadas e a saída definitiva do lar familiar; a vida universitária e, depois, artística, de que esse personagem eventualmente abre mão pela progressiva invalidez. O foco narrativo em terceira pessoa implica em distanciamento e aproximação, já que a história é contaminada muitas vezes pela tonalidade fria e irônica do personagem.

Há muitos pontos de contato entre Antônio e o Comandante, a começar pelo nome: ambos se chamam Antônio. Desde antes dessa gravidez da mãe, já estava decidido que o filho se chamaria assim. Podia ter sido Antônio Filho, Antônio Júnior, mas acabou que o funcionário do cartório recebeu a orientação de registrar em seu livro Antônio da Silva e Silva, juntando o da Silva do Comandante ao da Silva da mãe, com um quê de nobreza, marcando assim uma ascensão social familiar, que até ocorreu. Antônio também estudou na Escola (e uma das tradições mais respeitadas na Marinha manda que um aspirante filho de ex-aluno adote o mesmo nome de guerra do pai), mas não chegou a concluir o curso. Um dia Antônio arrumou suas trouxas e simplesmente pulou fora daquele lugar (PEREIRA, 2017, p. 22).

A relação turbulenta com a família conservadora – o pai branco, comandante da Marinha e aposentado, e a mãe negra, submissa ao marido, católica e dona de casa – atravessa a história dessa personagem, cujas reações e decisões de vida se dão contrariamente ao ambiente opressor em que cresceu e que se mostra similar àquele que caracteriza as instituições militares. Assim como a casa de Antônio, o internato da Marinha é apresentado como autoritário, machista e homofóbico. Ambos repelem a diferença e, por isso, são abandonados pelo personagem.

O mais franzino dos rapazes de farda subiu no palanque armado no convés [do navio *Almirante Lúcio Meira*], dando início aos procedimentos de boas-vindas, o que fez cessarem automaticamente as conversas paralelas. “Senhores, muito bom dia. Devo dizer que é uma verdadeira honra ter sido escalado para conduzir este momento solene, em que os senhores deixaram com orgulho seus lares e são recebidos de braços abertos pela mais tradicional das três Forças Armadas. A Marinha sempre forte pela pátria é o desejo de nossos corações. Nós somos, e os senhores em breve poderão ser, as sentinelas dos mares deste glorioso país, e isso nem de longe é pouca coisa. Eu me refiro aqui a uma responsabilidade

imensa. Os senhores, volto a dizer, os senhores estão prestes a se juntar aos melhores. Alguns aqui vão se tornar membros da elite que é conhecida por todos a esperança armada. Não cabe aqui reproduzir expressões em latim, pois os senhores ainda não possuem os conhecimentos necessários para isso e não quero constranger ninguém. Alguns aqui vão se tornar bravos marinheiros, que, com garbo varonil, seguirão sempre avante, pois o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. Pois bem, senhores, devo concluir desejando boa sorte a todos e declarando iniciado o período de adaptação. A partir de agora serão chamados pelos números de entrada, até que, em um momento oportuno, sejam definidos seus nomes de guerra. Informo que não toleramos balbúrdia e que os comandos devem ser respeitados prontamente” (PEREIRA, 2017, p. 35-36).

O discurso nacionalista da Marinha demonstra a permanência do *ethos* ufanista da “grande nação” que remonta à consciência de país novo dos ideólogos românticos, relacionada ao âmago da própria instituição – construída justamente para manutenção dos poderes territoriais e para amparo da “unidade nacional”. A partir disso, o conflito de Antônio contra o poder pátrio pode ser interpretado em sentido duplo, contra o pai militar e contra a própria instituição da marinha e a “pátria” que ele visaria a “proteger”. A narrativa demonstra como velhos chavões podem perder validade quando as individualidades se sobressaem às ordens coletivas e a seus pressupostos de conservação no tempo. A vida livre e boêmia de Antônio bem como sua dedicação à filosofia e à arte subvertem os papéis que lhe foram impostos desde a infância, bem como o universo hierarquizado e opressor da marinha, enquanto microcosmo dos valores conservadores da sociedade brasileira.

O retorno à casa, não por acaso, termina com o personagem à porta, ficando a cargo do leitor imaginar o que lhe sucederá. A saúde fragilizada é outro ponto de destaque na trama e na identidade de Antônio que, após um acidente de automóvel, foi “testado positivo para neuromielite óptica, uma doença degenerativa que lhe roubara os movimentos e a sensibilidade pouco a pouco, até ficar completamente cego e enterrado numa cama” (PEREIRA, 2017, p. 84). A doença volta a evidenciar o desencaixe entre Antônio personagem e a sociedade em que vive, além do descompasso entre seu corpo e seus anseios de liberdade. O romance se constrói sobre a perda e joga luz sobre uma temática pouco explorada na literatura brasileira¹⁰: a experiência daqueles que convivem com as dores e conquistas das limitações físico-motoras (FREITAS, 2017).

O romance explicita como o Estado falha ao prover estruturas de bem-estar básicas para os cidadãos, o que se agudiza com relação aos portadores de necessidades especiais. Além disso, não há adequação dos espaços para receber o diferente em termos físicos, afinal, os corpos não normatizados não valem enquanto cidadãos de direitos. “[...] Com as limitações físicas, foi perdendo trabalhos, não entra mais na maioria dos lugares, não alcança determinadas alturas, não tem a mesma disposição de outros tempos. Passou a ver tudo por baixo” (PEREIRA, 2017, p. 59). Não obstante, como resistência a sua condição, Antônio buscou uma autonomia no mundo e sustentou a vida “[...] enquanto os dentes da boca deram conta” (PEREIRA, 2017, p. 58). Ao final, o romance não resulta em uma trajetória de

¹⁰ Cujas referências mais conhecidas em termos recentes é *Feliz ano velho* (1982), de Marcelo Rubens Paiva.

redenção, mas representação do medo e da solidão causada pela condição de cadeirante, que enxerga a cidade maravilhosa “por baixo” nos seus contrastes sociais.

A seu turno, a identidade *queer* é mostrada em tensão com o meio turbulento e disciplinador em que o protagonista convive na infância e adolescência. O personagem rememora as exteriorizações tímidas de expressão de gênero reprimidas violentamente em casa e no colégio militar, e expõe preconceitos e normatizações comuns na sociedade brasileira e nas classes baixas dos subúrbios urbanos. Exemplo disso são as referências de masculinidade que reproduzem comportamentos dominantes aprendidos na convivência familiar.

[...] Mas teve essa vez que Antônio inventou de comentar sobre o Piquet. Encheu a boca para repetir o que ouvia em casa: que o cara era um tremendo garanhão, não perdoava mulher boa que encontrasse pela frente, que ele comia tudo que era modelo, ou namorada, ou mesmo esposa de colega. O Piquet tinha desses direitos, era campeão do mundo, o mais antigo da categoria. E se algum infeliz resolvesse encrascar, ainda por cima apanhava. Como uma vez que ele encheu de pancada o Nigel Mansell, com capacete e tudo. Falou isso de um jeito que era – e ao mesmo tempo não era – o do Comandante (PEREIRA, 2017, p. 13-14).

Diante de padrões ensinados e reproduzidos, a subjetividade *queer* emerge como destoante da ordem fundada na tríade exército, família e igreja, pela convenção religiosa tão presente na identidade da mãe de Antônio, Teresa. O personagem, assim, subverte a normatização dessas instituições que dão suporte à pátria e propõe uma subjetividade outra, na qual a diferença se afirma como modo de existência autêntico e transformador. O romance mostra como, em vez de sustentar os discursos nacionalistas e conservadores que elegem parte significativa do poder político representativo, a literatura brasileira contemporânea pode se movimentar no sentido de abrigar a heterogeneidade constitutiva de toda nação, representando, inclusive, os sofrimentos daqueles que se constituem como diferentes das normalizações.

Considerações finais

Como podemos perceber, aquilo que concebemos como identidades nacionais são construções humanas mutáveis no tempo e nas sociedades que, na contemporaneidade, têm retornado nas tensões entre permanência e mudança que caracterizam o tempo presente. De um lado, os descentramentos que multiplicam as possibilidades de existência, de pauta discursiva e política; de outro, a dominação totalizadora que exclui e subalterniza o diferente. Diante disso, concebemos a existência de identidades nacionais em transmutação, pelo desafio à natureza monolítica dos nacionalismos pelas subjetividades desterritorializadas e pelos corpos destoantes, tais como representadas em *Todos nós adorávamos caubóis* e *Enquanto os dentes*.

Não por acaso, a narrativa da memória, intrinsecamente constituída na contradição entre passado e presente, é comum a esses romances, que expressam as tensões entre o anseio de pertencimento e o sentimento de ser estrangeiro no próprio país, seja pelo contraste com a paisagem natural e humana, seja pela falta de igualdade de dignidade e de direitos.

Essas narrativas literárias consistem em expressão de uma demanda de representação de identidades nacionais – porque brasileiras – que se constituam pelo princípio da diferença, cujos corpos não normalizados demandam reconhecimento como parte integrante daquilo a que se chama de nação.

FRIGHETTO, G. N.; TRIMER, B. P. Nacional identities in transmutation: a literature of difference in *Todos nós adorávamos caubóis* and *Enquanto os dentes*. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 12, n. 2, p. 102-117, 2020. ISSN 2177-3807.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BENSIMON, C. *Todos nós adorávamos caubóis*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

BOSI, A. Colônia, culto e cultura. In: _____. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 11-63.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar; rev. tec. Joel Birman. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANCLÍNI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para sair e entrar da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão; Trad. e Int. Gênese Andrade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CANDIDO, A. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-198.

DALCASTAGNÈ, R. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 20, p. 33-87, jul./ago. 2002. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9705>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DUBAR, C. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros 1. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FIORIN, J. L. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-116, 1º sem. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/3002>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, G. Crítica: “Enquanto os dentes”, de Carlos Alberto Pereira. *O Globo*, Rio de Janeiro 2 fev. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/critica-enquanto-os-dentes-de-carlos-eduardo-pereira-22140953>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

IANNI, O. A racialização do mundo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, mai. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701996000100001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

LOPES FILHO, A. A. do C. “Tudo o que fizemos foi tomar a BR-116...”: a estrada *queer* de *Todos nós adorávamos caubóis*. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 53-66, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2020v25n1p53>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEN, R. G. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: MICELI, S. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Difel, 1984. p. 41-52.

PEREIRA, C. E. *Enquanto os dentes*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2017.

PESAVENTO, S. J. Contribuição da História e da Literatura para a construção do Cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: ____; LEENHARDT, J. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. p. 17-40.

POLESSO, N. B. Geografias lésbicas: literatura e gênero. *Criação & Crítica*, n. 20, p. 3-19, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RESINA, J. R. Pós-nacionalismo: a nova palavra da moda?: argumento em defesa das nações na era dos mercados globais. Trad. Saulo Adriano. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 174-195, mar./mai. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13329/15147>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RONCARI, L. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos Últimos românticos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?* 1. ed. 3. reim. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 29-48.

SILVA, R. N. “...Tão somente amigas”?: pensando o *queer* em *Todos nós adorávamos caubóis* de Carol Bensimon. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 101-114, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2020v25n1p101>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SODRÉ, N. W. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. at. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Recebido em: 15 ago. 2020

Aceito em: 19 out. 2020